

Transições de Sustentabilidade e Capitalismo no Sul Global

Daniel Francisco Nagao Menezes¹

Resumo

A pesquisa de transição de sustentabilidade (STR em inglês) falhou em se envolver em nenhuma análise ou crítica significativa do capitalismo. Este artigo argumenta que o capitalismo não é um fator de fundo, mas sim, permeia o funcionamento dos sistemas sociotécnicos de maneiras que devem ser reconhecidas tanto para elaborar contas rigorosas de trajetórias de transição quanto para aumentar a capacidade do STR para apoiar futuras transições de sustentabilidade social. Este argumento é desenvolvido especificamente em relação aos três desafios do STR: a) análise da sustentabilidade real das transições de sustentabilidade; b) aplicação da teoria da transição a casos do Sul Global e; c) movimento em direção a um STR prospectivo. O artigo identifica três implicações principais desse argumento no que diz respeito à interdisciplinaridade, à validade dos referenciais teóricos atuais e à prática do STR. Em última análise, o artigo convida os estudiosos do STR a serem mais abertamente reflexivos não apenas sobre possíveis vieses teóricos, mas também sobre seus próprios papéis na sociedade.

Palavras-chave: Transições de sustentabilidade; Capitalismo de Transição de sustentabilidade; Sul Global.

Abstract

Sustainability Transition Research (STR) has failed to engage in any meaningful analysis or critique of capitalism. This article argues that capitalism is not a background factor, but rather permeates the functioning of socio-technical systems in ways that must be recognized both to elaborate rigorous accounts of transition trajectories and to enhance the capacity of the STR to support future sustainability transitions. Social. This argument is developed specifically in relation to the three challenges of the STR: a) analysis of the real sustainability of sustainability transitions; b) application of transition theory to cases of the Global South and; c) movement towards a prospective STR. The article identifies three main implications of this argument with regard to interdisciplinarity, the validity of current theoretical frameworks and the practice of STR. Ultimately, the article invites STR scholars to be more overtly reflective not only about possible theoretical biases, but also about their own roles in society.

Key words: Sustainability transitions; Sustainability Transition Capitalism; Global South.

¹ Graduação em Direito (PUC-Campinas), Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Pós-Doutor em Direito (USP). Pós-Doutor em Economia (UNESP-Araraquara). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Colaborador da Maestría em Economía Social da Universidad Autónoma de Guerrero (Acapulco, México). Membro do CIRIEC-Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa de transição para a sustentabilidade (STR em inglês) faz perguntas de “quadro geral” (STRN, 2017) sobre questões que envolvem mudanças sociais radicais e não lineares (Hölscher et al., 2018). Surpreendentemente, esse campo não conseguiu se envolver com nenhuma análise ou crítica significativa do capitalismo, o sistema organizador dominante da vida econômica, social e natural nas sociedades modernas. As discussões sobre o capitalismo estão em grande parte ausentes no STR; por exemplo, o termo apareceu apenas uma vez em todo o programa da Conferência International Sustainability Transition 2018, e seu uso foi igualmente raro em duas notáveis revisões da área (Loorbach et al., 2017; Markard et al., 2012).

A pesquisa de transições é, portanto, complementar aos debates de sustentabilidade de longa data no nível macro (v. g., mudar a natureza do capitalismo ou interações natureza-sociedade) e no nível micro (v. g., mudar escolhas individuais, atitudes e motivações).

Como um campo científico com raízes em inovação, estudos de ciência e tecnologia e economia evolucionária, o STR essencialmente tomou o capitalismo como pressuposto. Ao conquistar seu espaço no “nível meso”, o STR geralmente vê o capitalismo no nível de fundo (paisagem) na muito usada estrutura de perspectiva multinível (MLP) (Geels, 2002). Essa estratégia pode ajudar a distinguir STR de outras abordagens para estudar transições e transformações sociais (Feola, 2015). De fato, o STR alcançou grande profundidade de compreensão das transições a partir dessa perspectiva, complementando assim os entendimentos gerados por outras abordagens para estudar mudanças sociais não lineares (Fischer-Kowalski, Rotmans, 2009; Hölscher et al., 2018).

No entanto, o STR omite o capitalismo por sua própria conta e risco. O capitalismo é mais do que um fator adicional de “fundo”, e seus elementos centrais não são dados neutros, mas sim elementos definidores dos sistemas sociotécnicos capitalistas (Kostakis et al., 2016; Wilhite, 2016). O capitalismo permeia o funcionamento e a lógica dos sistemas sociotécnicos de maneiras que são críticas tanto na elaboração de contas rigorosas das trajetórias de transição quanto na capacidade do STR de apoiar futuras transições de sustentabilidade social. Tomar o capitalismo como um dado implícito no STR implica a impossibilidade de um exame analítico sério de suas condições e dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais, sua diversidade,

sua influência nas transições de sustentabilidade em diferentes contextos e a possibilidade de que as transições de sustentabilidade possam envolver mudanças potencialmente fundamentais no sistema capitalista. A cegueira para o capitalismo também corre o risco de um retorno a uma imagem idealizada da economia capitalista, que restringirá, em vez de apoiar STR.

Por que os estudiosos do STR devem voltar sua atenção para o capitalismo? Por que agora? Neste artigo, argumenta-se que, à medida que o STR emerge como um campo e comunidade de pesquisa maduro, reconhecido e respeitado, uma consideração do capitalismo é particularmente relevante para abordar três desafios críticos de pesquisa (Loorbach et al., 2017; STRN, 2017; Wieczorek, 2018). Primeiro, o debate sobre o capitalismo, particularmente a relação entre crescimento econômico e sustentabilidade, não pode ser ignorado em qualquer avaliação séria da sustentabilidade das transições de sustentabilidade. Em segundo lugar, uma consideração explícita do capitalismo é essencial para aplicar as teorias e estruturas de transição de sustentabilidade a casos no Sul Global, onde muitas das suposições teóricas implícitas das estruturas de transição não se sustentam e onde lógicas anti ou não capitalistas informaram críticas de Transições de sustentabilidade ocidentais e estruturas relacionadas de progresso e desenvolvimento. Terceiro, à medida que o STR avança em direção a uma agenda cada vez mais voltada para o futuro, questionar a suposta inevitabilidade do capitalismo é fundamental para visualizar e explorar uma gama mais ampla e diversificada de possíveis caminhos de transição.

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Depois de fornecer uma definição mínima de capitalismo, identifica-se os engajamentos anteriores do STR, destacando os poucos casos em que o capitalismo se transformou em teorias e modelos de transições de sustentabilidade e revisando muitos outros em que não o fez. Em seguida, desenvolve-se o argumento principal – que o estudo das transições de sustentabilidade não pode ser totalmente prescindido da análise e crítica rigorosas do capitalismo – especificamente em relação aos três desafios do STR, a saber, a análise da sustentabilidade real das transições de sustentabilidade, a aplicação de teoria de transição para o Sul Global, e o movimento em direção a STR voltada para o futuro. Conclui identificando outras implicações desse argumento para o STR no que diz respeito à prática e à validade das estruturas teóricas atuais. Em última análise, este artigo convida os estudiosos do STR a serem mais abertamente reflexivos não apenas sobre possíveis vieses teóricos e analíticos, mas também em considerar seus papéis em um mundo em que a

sustentabilidade e outras transformações são incitadas, imaginadas, contestadas e resistidas por um grupo muito grande e diversos atores e coalizões.

2. CAPITALISMO: UMA DEFINIÇÃO MÍNIMA

Está além do escopo deste artigo fornecer uma extensa revisão das definições e críticas do capitalismo (para análises e críticas notáveis, veja as referências nesta seção). Em vez disso, meu objetivo aqui é fornecer uma definição mínima do conceito e destacar alguns debates teóricos que são particularmente relevantes para o estudo das transições de sustentabilidade.

O capitalismo é definido neste artigo como uma forma historicamente específica de organização social e econômica, que se caracteriza economicamente pela propriedade privada dos meios de produção, a liberdade de buscar ganhos econômicos por meio da produção e do mercado, a transformação da força de trabalho em mercadoria, o controle dos proprietários sobre os meios de produção e o destino do valor gerado pela produção, e a generalização da produção e troca de mercadorias (Gallino, 1993).

A dinâmica mais fundamental do capitalismo está relacionada ao imperativo da acumulação de capital (Harvey, 2013). As estratégias de acumulação de capital incluem a externalização de custos, a redução dos custos do trabalho e a busca de mais-valia através da penetração das relações capitalistas (mercantilização) nas esferas da vida biofísica e humana corporal e emocional (Harvey, 2013). A privatização e a mercantilização são frequentemente acompanhadas pelo enclausuramento de recursos biofísicos e outros em processos de acumulação por desapropriação, o que pode implicar meios econômicos e extraeconômicos, incluindo a violência (Glassman, 2006). O processo de acumulação é caracterizado pela concentração do capital e por relações sociais excludentes e níveis crescentes de desigualdade (Harvey, 2013; Picketty, 2014). Outras estratégias de acumulação de capital são a expansão geográfica da economia de mercado e o deslocamento do capital no espaço e no tempo (Harvey, 2013). O capitalismo é “constituído” por arranjos espaço-temporais nos quais tempo e espaço trabalham juntos de maneiras particulares ao modo capitalista de produzir, distribuir, vender, consumir e dispor de mercadorias (Castree, 2009).

O capitalismo também implica uma arquitetura cultural, social e política mais abrangente (Gregory, 2000; Sheppard, 2015). Em outras palavras, a acumulação depende não apenas de estruturas e estratégias econômicas, mas também de estratégias extraeconômicas (Jessop, 2007). Culturalmente, o capitalismo permeia e molda identidades e relações individuais e coletivas além da esfera econômica, e inclui os princípios de competição, individualização, racionalização, mercantilização de seres humanos e não humanos, e o imaginário de progresso baseado na acumulação infinita (Gregory, 2000; Parr, 2017; Urry, 2010; Wilhite, 2016). Politicamente, o capitalismo se apoia em estruturas estatais que participam de sua reprodução tanto em períodos de estabilidade quanto de crise. O Estado em um sistema capitalista é um “campo estratégico” (Poulantzas, 2002, Brand, 2016); reflete e medeia as relações de poder capitalistas por meio de regulação, discursos e recursos materiais; muitas vezes realiza atividades não lucrativas que o capital não realiza, e obtém receitas de impostos, portanto, em última análise, dependendo do crescimento econômico contínuo para sua estabilidade (Jessop, 2007).

Assim, o capitalismo é referido aqui como uma construção social que surgiu e se estabeleceu em condições históricas (Polanyi, 2021; Meiksins Wood, 2002), mas também é diverso e sofre mutações no espaço e no tempo, na medida em que coexiste com formas não capitalistas de ser e fazer. Com referência a este último ponto, dois elementos precisam ser particularmente enfatizados para os propósitos deste artigo. Em primeiro lugar, embora se use o termo “capitalismo” em sua forma singular por uma questão de brevidade, esse sistema não está homogeneamente presente no espaço, nem existe em qualquer forma “pura”. De fato, alguns estudiosos argumentam que o que a maioria dos países ocidentais experimentou até agora é uma forma de semi capitalismo (Van den Bergh, 2017). Mais importante, foi demonstrado de forma ampla e convincente que o capitalismo opera em uma variedade de variedades que retêm elementos centrais, mesmo quando diferem em outros aspectos (Hall, Soskice, 2001).

Em segundo lugar, o capitalismo é frequentemente descrito como um sistema dominante e abrangente no qual os princípios de individualização, competição, produtivismo e mecanismos de mercado se estendem do domínio econômico para a sociedade em geral (ou seja, uma sociedade de mercado) (Parr, 2017; Polanyi, 2021; Sandel, 2012). De fato, embora hegemônico, o capitalismo coexiste com lógicas, instituições e práticas não capitalistas

(Thornton et al., 2012). Lógicas que são alheias às normas capitalistas de individualismo, competição, crença no crescimento econômico sem fim e acumulação, entre outras, existem “aqui e agora” nos interstícios das sociedades capitalistas modernas. Eles se materializam em experiências e trajetórias alternativas, e em formas comuns de organização econômica e social, como cooperativas, finanças alternativas e redes de troca locais e práticas familiares cotidianas (Chang, 2013; Gibson-Graham, 2006a; Princen, 2006; Raworth, 2017; Sheppard, 2015; Thornton et al., 2012; Wright, 2010). De fato, os estudiosos demonstraram que o capitalismo se baseia na reprodução social oculta (desvalorizada em termos econômicos) no lar, nas trocas não comerciais e na racionalidade não utilitária, expressa em redes de solidariedade social e manifestações relacionadas (Gibson-Graham, 2006a).

3. O CAPITALISMO NA PESQUISA DE TRANSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

É importante especificar os termos do desengajamento do STR com o capitalismo e suas críticas antes de discutir as implicações desse desengajamento para o STR. Como sugerido pelo pequeno número de referências ao capitalismo na literatura STR, uma grande proporção deste campo não se envolveu com qualquer análise ou crítica específica das condições e dinâmicas capitalistas no que se refere às transições de sustentabilidade, por exemplo, em os setores de energia, transporte ou agroalimentar (Loorbach et al., 2017).

Outros estudos consideraram o capitalismo de forma mais explícita; no entanto, estes geralmente consideraram o fenômeno apenas como um fator de paisagem no pano de fundo de uma análise mais focada da dinâmica do regime. Estudos sobre o impacto da crise financeira de 2008 nas transições de sustentabilidade ilustram essa abordagem (Geels, 2013; Loorbach et al., 2016), assim como análises da desestabilização de regimes sociotécnicos, que potencialmente podem abordar a subversão do capitalismo, mas em vez disso, concentraram-se na desestabilização de regimes dentro do sistema (Turnheim, Geels, 2012; Turnheim, Geels, 2013). Tais estudos abordam o capitalismo apenas como um fator externo, e ainda há muito a ser feito para melhorar a compreensão das interconexões entre as estruturas econômicas e as relações de poder no nível do regime, o que determina os vencedores e perdedores em uma transição (Newell, Mulvaney, 2013; Smith, Stirling, 2010). Capital e fluxos de capital, que são elementos-chave para ganhar e perder, raramente são examinados no STR (Bruyninckx, 2018).

No entanto, três ramos minoritários do STR se envolveram mais intensamente com o capitalismo. Primeiro, vários estudos de transições de sustentabilidade mostraram que variedades distintas de capitalismo influenciam os caminhos de transição de diversas maneiras (Ćetković, Buzogány, 2016; Coenen et al., 2012), entre outros, reconheceram a importância desta via de pesquisa e pediram um engajamento mais substancial do STR com as variedades da literatura do capitalismo (STRN, 2017).

Em segundo lugar, os estudos de movimentos de inovação de base demonstraram a importância de uma consideração explícita do capitalismo para ajudar a entender as transições lideradas pelas bases, o que é particularmente importante no esclarecimento do posicionamento estratégico das inovações de base. Estas são geralmente impulsionadas pela produção de valor social (e não econômico), e caracterizadas por processos horizontais (rizomáticos) em vez de verticais (escalonamento), o que contrasta com as lógicas dos atores dominantes (competitividade, eficiência) e com a institucionalidade existente (Smith et al., 2016). De fato, as inovações de base muitas vezes lutam pelo empoderamento e pela democratização da transição para a sustentabilidade, permitindo assim a contestação desses arranjos e o domínio das lógicas econômicas sobre as sociais e políticas (Smith, Ely, 2015).

Terceiro, os estudos de transições de longo prazo dedicaram mais foco aos elementos do capitalismo e suas mudanças ao longo do tempo. Exemplos incluem a análise histórica proposta por Newell (2015) sobre as políticas de transformações verdes. Em linhas semelhantes, Swilling (2013) destacou o papel fundamental da orientação do capitalismo para o capital financeiro (em vez de capital produtivo) em dificultar as transições de sustentabilidade na África por meio de restrições como a determinação de bloqueios de carbono. As transições de sustentabilidade na África também foram estudadas por outros estudiosos que exploraram o papel das estruturas capitalistas, especialmente nas transições energéticas (Baker et al., 2014; Newell, Phillips, 2016; Power et al., 2016).

Além disso, Kranger e Schot (2018): introduziram a estrutura de 'transição profunda', que aplica uma perspectiva de onda longa e multi-regime para explicar a emergência, aceleração, estabilização e direcionalidade das Transições Profundas (Schot, 2016; Schot, Kranger, 2018), ou seja, séries de transformações fundamentais conectadas e sustentadas de

uma ampla gama de sistemas sociotécnicos em uma direção semelhante (Schot, Kanger, 2020). Embora essa estrutura se concentre nas proxies da industrialização e da modernização em vez do capitalismo, ela ajuda a esclarecer a conceituação de uma paisagem sociotécnica da modernidade industrial juntamente com o ambiente de seleção, uma influência nas interações entre nichos e o produto de 'surtos' do regime. Assim, entre outros elementos, a estrutura oferece mais espaço para considerar os impactos sociais de longo prazo das transições no capitalismo (Schot, 2016). No entanto, como reconhecido por seus proponentes, a estrutura de transição profunda ainda está em uma fase inicial de desenvolvimento e precisará de mais trabalho para elucidar completamente a “paisagem” e as interações em vários níveis (Schot, Kanger (2020).

Kemp et al. (2018) propuseram outra abordagem de onda longa com a perspectiva de transformação socioeconômica, embora reconhecidamente com foco predominante nos países ocidentais. A perspectiva socioeconômica examina as transições de sustentabilidade no contexto de transformações mais amplas e de longo prazo. Essa abordagem conceitual:

addresses the economy in its different forms (profit-based, benefit-based and hybrid forms) and variants (varieties of capitalism and sectoral differences). [...] The focus is on the link between the economy and society, with a special focus on the role of capitalism, the money economy and markets in shaping consumers, consumption decisions, work activities and government policies. [...] It is concerned with market institutions that shape and frame markets and with the political economy of the growth paradigm and its globalisation. Attention is given to the 'cultures' that institutionalise and drive individuals, organisations and societies to high levels of material consumption, as well as to cultural change and the motivations and practices of counter-movements² (Kemp et al., 2018, p. 70).

A perspectiva socioeconômica é particularmente relevante para a discussão atual, pois representa uma tentativa de vislumbrar e explicar as transições de sustentabilidade de uma forma que não toma o capitalismo como garantido, mas sim considera o fenômeno explicitamente e é dotado de uma visão interdisciplinar, diversa e heterodoxa, que inclui, entre

² “aborda a economia em suas diferentes formas (baseada no lucro, formas baseadas no benefício e formas híbridas) e variantes (variedades de capitalismo e diferenças setoriais). [...] O foco está no vínculo entre a economia e a sociedade, com foco especial no papel do capitalismo, da economia monetária e dos mercados na formação de consumidores, decisões de consumo, atividades de trabalho e políticas governamentais. [...] Preocupa-se com as instituições de mercado que moldam e enquadram os mercados e com a economia política do paradigma do crescimento e sua globalização. Atenção é dada às 'culturas' que institucionalizam e impulsionam indivíduos, organizações e sociedades a altos níveis de consumo material, bem como à mudança cultural e às motivações e práticas dos contra-movimentos” [tradução do autor]

os campos, economia política, sociologia histórica, filosofia política, geografia humana, economia ecológica e institucional. Assim, a pesquisa de transição socioeconômica

brings out the complexities of environmental management in a capitalistic society, but also shows entrance points for action. Above all, the literature shows the need for systemic change, not only in socio-technical systems, but also in the system of capitalism and the process of marketization [...] together with emancipation and democratisation³ (Kemp et al., 2018, p. 71).

Esses três ramos – transições de sustentabilidade e variedades de capitalismo, movimentos de inovação de base e estudos de transição de ondas longas – constituem uma minoria relativa de STR; no entanto, eles ilustram alguns elementos centrais de um engajamento frutífero e perspicaz da disciplina com o capitalismo e suas críticas: a conceituação do capitalismo como uma construção social (o resultado de processos sociais), que muda ao longo do tempo; o reconhecimento da diversidade do capitalismo e de sua coexistência com lógicas alternativas em várias instituições, práticas e espaços intersticiais ou não mercantis; e, mais amplamente, uma perspectiva histórica e socioeconômica interdisciplinar como uma alternativa às abordagens sociotécnicas para conceituar a mudança social. Revisito essas questões na discussão.

4. CAPITALISMO E TRÊS DESAFIOS NA PESQUISA DE TRANSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A falta de considerações explícitas e informadas sobre o capitalismo e suas críticas é uma restrição para os esforços do STR para abordar três desafios cruciais de pesquisa: analisar a sustentabilidade das transições de sustentabilidade; aplicar teorias de transição ao Sul Global; e promover uma abordagem de pesquisa mais voltada para o futuro (Loorbach et al., 2017; STRN, 2017; Wiczorek, 2018).

4.1. A sustentabilidade das transições de sustentabilidade

³ “traz à tona as complexidades da gestão ambiental em uma sociedade capitalista, mas também mostra pontos de entrada para a ação. Acima de tudo, a literatura mostra a necessidade de mudança sistêmica, não apenas nos sistemas sociotécnicos, mas também no sistema do capitalismo e no processo de mercantilização” [tradução do autor]

O STR avançou significativamente em nossa compreensão das transições; no entanto, não aplicou o mesmo escrutínio à sustentabilidade das transições de sustentabilidade, deixando assim sem resposta a questão de quais transições são realmente sustentáveis. Por exemplo, muitas vezes assume-se que uma tecnologia mais eficiente em termos de energia é “mais sustentável” do que sua alternativa convencional; no entanto, uma maior compreensão da lógica capitalista revelaria que em sistemas capitalistas, assim como em outros voltados para a acumulação infinita de capital e crescimento econômico, os ganhos de eficiência provavelmente serão acompanhados por efeitos de rebote (Antal, Van den Bergh, 2014; Gillingham et al., 2016; Sorrell, 2007) e, portanto, acabam por resultar em resultados menos sustentáveis, pois quaisquer ganhos de eficiência são gastos pelos consumidores em mais consumo e usados pelas empresas para investir em mais capacidade de produção. Conforme discutido por Jackson (2016), a eficiência nos sistemas econômicos capitalistas impulsiona o ciclo contínuo de crescimento econômico que é necessário para que o sistema evite o colapso econômico. Os dados elucidados por Jackson (2016) demonstram que tal crescimento compensa qualquer ganho de eficiência e, além disso, qualquer dissociação do impacto ambiental do crescimento econômico não ocorrerá no ritmo e na magnitude necessários para combater as tendências da maioria dos desafios de sustentabilidade, incluindo as mudanças climáticas (Antal, Van den Bergh, 2016). Steinberger e Roberts (2010) constataram que a dissociação é dificultada não por elementos técnicos, mas sim por fatores econômicos, políticos e culturais, especificamente os imperativos de competitividade e crescimento econômico. A dissociação seria tecnicamente viável para atender às necessidades de uma população crescente se a pressão econômica, política e cultural para o crescimento econômico não contrabalançasse os ganhos de eficiência. Está além do escopo deste artigo entrar no debate sobre crescimento, decrescimento e a-crescimento (D’Alisa et al., 2014; Kallis, 2011; Van den Bergh, 2011, 2017). No entanto, é importante ressaltar que a dinâmica das economias capitalistas, particularmente a evidência de efeitos rebote, no mínimo exige cautela ao atribuir o rótulo “sustentabilidade” às transições.

Um segundo motivo de cautela e outro ponto cego da STR em relação ao capitalismo diz respeito à apropriação da natureza e do trabalho por meio de cadeias globais de valor e sistemas tele acoplados (Liu et al., 2013; Moore, 2018). Tecnologias supostamente mais sustentáveis (por exemplo, biocombustíveis ou transporte híbrido) dependem dessas cadeias de valor, que muitas vezes se estendem espacialmente ao Sul Global e temporalmente à história colonial e pós-colonial de exploração social e ecológica (Moore, 2017, 2018). Essas questões

dificilmente são consideradas no STR, apesar do crescente interesse na geografia das transições de sustentabilidade (para uma exceção, ver Baptista, 2018). A reorganização espaço-temporal do capital e os padrões e escalas de atividade econômica e social que também ocorre através dessas cadeias nas transições de sustentabilidade são de importância crucial (Bridge et al., 2013), pois sua análise ajuda a determinar se os problemas ambientais estão apenas sendo fixados temporariamente rearticulando sua dimensão espaço-temporal (Castree, 2009; Bryant et al., 2015), deslocados em vez de resolvidos (Van den Bergh et al., 2015; Yang et al., 2012), ou mesmo agravados, como por meio da criação de novas vulnerabilidades e oportunidades para exploração adicional (Böhm et al., 2012).

Se a STR deve levar a sustentabilidade a sério, essa disciplina não pode ignorar a dinâmica pela qual a transição da sustentabilidade e o capitalismo podem ou não se tornar uma contradição em termos (Newell, Paterson, 2010).

4.2 Pesquisa sobre transições de sustentabilidade no Sul Global

É problemático não reconhecer as lógicas capitalistas como elas se aplicam aos sistemas sociotécnicos; suposições ocultas e modelos idealizados da economia podem resultar em contas analiticamente mais fracas das transições, prejudicando assim a validade dos modelos e estruturas de transição e a capacidade do STR de contribuir para futuras transições de sustentabilidade. Esse risco é particularmente evidente em estudos de transições no Sul Global, onde muitas vezes é aparente que muitas dessas suposições não se sustentam (Power et al., 2016; Hansen et al., 2018; Wieczorek, 2018). Conforme observado por Hansen et al. (2018) e Wieczorek (2018), a instabilidade e a diversidade do regime são maiores no Sul Global do que nos países ocidentais, e as instituições informais desempenham um papel mais importante do que as estruturas formais. Assim, alguns pressupostos implícitos sobre a existência de um bem comum, o domínio de mecanismos de mercado e arranjos particulares de governança são expostos como falhos (Kenis et al., 2016). Sugiro ainda que as instituições informais no Sul Global são frequentemente informadas por princípios e ontologias tradicionais que são incompatíveis com instituições e lógicas capitalistas (Feola, 2017; Böhm et al., 2015; Escobar, 2010). Este ponto enfatiza a importância de incorporar críticas à homogeneidade do capitalismo em exames críticos de modelos de regime e conceituações em STR. Tais críticas podem revelar ainda mais uma diversidade de lógicas de tomada de decisão (por exemplo, confiança social),

prioridades de valor e relações de poder (por exemplo, afiliações de grupos étnicos) que coexistem e às vezes contrastam com lógicas de competitividade, racionalidade utilitária e a priorização do benefício econômico. É claro que essas instituições informais tradicionais também existem no Norte; no entanto, eles foram historicamente marginalizados pelas estruturas econômicas e políticas capitalistas e pela mudança cultural generalizada por meio da modernização e industrialização dos países ocidentais (Kanger, Schot, 2020).

As aplicações do STR ao Sul Global também revelam uma segunda e mais normativa razão crítica para considerar o capitalismo e suas críticas mais explicitamente no STR. Estudiosos do Sul criticaram fortemente os modelos de desenvolvimento capitalista como fontes de dependência e marginalização, o que resultou no surgimento de estruturas alternativas de desenvolvimento, como dependência e teorias estruturalistas, que informaram as tentativas governamentais de implementar o desenvolvimento em seus próprios termos (Amin, 2012; Kay, 2010). Da mesma forma, se suas condições e efeitos sociais (relações de poder, conhecimento, desigualdade) e ambientais não forem abordados (Broto et al., 2018; McDonald, 2012), então as transições energéticas no Sul Global arriscam a reprodução dos ideais ocidentais de progresso e modernidade e pode ser percebido como uma nova forma de colonização (Nilsson, 2016). Tais reações ao desenvolvimentismo no Sul Global não podem ser negligenciadas, pois as aplicações de STR nesses contextos têm sido principalmente associadas a intervenções de desenvolvimento.

Além disso, visões e práticas não capitalistas de uma sociedade florescente emergiram do Sul Global para informar contestações políticas de transições sociotécnicas inquestionáveis (Escobar, 2015) e relações capitalistas sociedade-natureza (Brand, 2016). Vários movimentos da sociedade civil e governos rejeitaram completamente a noção de desenvolvimento em favor de visões alternativas de viver bem, como o buen vivir e sumak kawsay na América Latina (Gudynas, 2011; Harcourt, 2014; Sachs, 2010). Alguns movimentos sociais sugerem possibilidades radicais para formas sociais pós-liberais, pós-desenvolvimentistas e pós-capitalistas (Escobar, 2010).

Os objetivos das transições no Sul diferem dos do Norte, mesmo quando as lógicas não capitalistas não desempenham um papel primordial. A noção de uma transição justa que combina o que Swilling, Musango e Wakeford (2016) descreveram como bem-estar (renda,

educação e saúde) dentro de um mundo sustentável (descarbonização, eficiência de recursos e restauração de ecossistemas) prioridades políticas e econômicas além da sustentabilidade e justiça, que raramente são reconhecidas em estruturas de transição de sustentabilidade (Newell, Mulvaney, 2013). Para lidar com essa negligência, Swilling et al. (2016) introduziram o conceito de regime sociopolítico, que visa facilitar uma melhor compreensão da dinâmica política das transições no estado desenvolvimentista.

No entanto, como observado por Wieczorek (2018), o STR geralmente assume que – geralmente técnicas, e não sociais – as inovações se originam no Norte e são difundidas no Sul em diferentes graus e formas e com sucesso variável. Em outras palavras, a maioria dos STRs relacionados ao Sul Global se baseou em teorias de convergência ou catch-up. Consequentemente, como Swilling (2013) alertou, apenas certos futuros estão sendo imaginados com opções amplamente ignoradas. Em contraste, as considerações do capitalismo no STR exporiam as interconexões econômicas globais, fluxos de capital e tele acoplamento que de fato podem implicar na impossibilidade de estudar ou promover transições de sustentabilidade no Sul que não estejam inerentemente ligadas ao Norte (e vice-versa) como vários estudos de transições energéticas e desenvolvimento limpo sugerem (Swilling, 2013; Bryant et al., 2015).

Portanto, para evitar ser apenas outra forma de colonização disfarçada, a STR precisa reconhecer suas sobreposições com as intervenções de desenvolvimento capitalista e entender a extensão e as formas pelas quais o desenvolvimento é contestado e resistido em favor de tentativas variavelmente radicais e institucionais de visualizar e praticar noções alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento.

5. PESQUISA PROSPECTIVA SOBRE TRANSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

O STR desenvolveu-se em grande parte estudando as transições passadas e presentes no Norte Global (STRN, 2017), o que inevitavelmente resultou em um “paisagismo” do capitalismo na perspectiva multinível. Como observa Swilling (2013), para dar sentido à crise global e a uma possível transição, muitos reinterpretem o passado como um conjunto de sucessivos ciclos de desenvolvimento de longo prazo que podem se repetir no futuro. Sustenta-se que esta estratégia é inadequada para vislumbrar e apoiar transições sociais no ritmo e

magnitude necessários para enfrentar a atual “policrise da insustentabilidade” (Böhm et al., 2015, p.6). Estudar potenciais futuras transições de sustentabilidade exige inerentemente o envolvimento com o futuro e técnicas futuras (Hajer, Versteeg, 2018; Vervoort, Gupta, 2018), e para examinar o papel dos imaginários sociotécnicos e futuros capitalistas imaginados na formação de caminhos de transição atuais e possíveis futuros (Beckert, 2016; Jasanoff, Kim, 2015). Assim, o STR prospectivo precisa ampliar o espectro de possíveis futuros concebíveis, o que pode ser a chave para dar sentido às futuras mudanças históricas.

Tornou-se cada vez mais evidente que as sociedades capitalistas modernas se envolvem em modos destrutivos de interação com o ambiente natural, que não são simplesmente um efeito colateral remediável, mas sim um traço característico dessas sociedades (Jackson, 2016; Urry, 2010; Wilhite, 2016). Por essa razão, vários acadêmicos e ativistas argumentaram que a possibilidade de buscar transições para atingir as metas de sustentabilidade global necessariamente se baseia em desafiar e reformar as instituições capitalistas e crenças profundamente arraigadas, como a mão invisível ou a necessidade de crescimento econômico sem fim. (Anderson, 2018; Brand, 2016; Järvensivu et al., 2018; Koch, 2012; Newell, 2011; Storm, 2009; Wilhite, 2016). Além disso, desde a crise financeira de 2008, o debate sobre as condições e o potencial das economias pós-crescimento e pós-capitalistas se expandiu para além dos círculos de ativistas e teóricos críticos para alcançar uma série de fóruns acadêmicos, de mídia de massa e institucionais (Blauwhof, 2012; García-Olivares, Solé, 2015; Frase, 2016; Healy et al., 2018; Mason, 2016; Streek, 2014), incluindo a União Europeia e as Nações Unidas (Järvensivu et al., 2018).

Também é importante reconhecer que o termo “transição”, se não “teoria da transição”, já está sendo amplamente apropriado, pois os movimentos sociais tanto no Norte quanto no Sul globais usam esse rótulo não apenas para questionar a sustentabilidade de tecnologias únicas ou -domínios técnicos, mas também para criticar todo o projeto capitalista moderno e, portanto, defender e prefigurar as transições pós-capitalistas (Escobar, 2015; Feola, Jaworska, 2019; Harcourt, 2014).

Embora a natureza e os resultados das transições de sustentabilidade sejam inerentemente emergentes e imprevisíveis, envolver-se explicitamente com o capitalismo e suas críticas ajuda a conceituar esse sistema como uma construção social que é diversa, coexiste com

lógicas alternativas e muda ao longo do tempo. O capitalismo está constantemente em fluxo e – pelo menos de forma latente – em estado de mudança, evolução ou transformação. Não considerar a questão do capitalismo, e assumir que esse sistema persistirá como está, significa estar fazendo o trabalho ideológico de fazer o capitalismo parecer natural e fadado a persistir para sempre. Em contraste, nomear e imaginar outros futuros (ou seja, não capitalistas) é um passo essencial para abrir o debate para uma gama mais diversificada de futuros possíveis concebíveis, incluindo aqueles que implicam a mudança de, em vez de meramente dentro de um sistema capitalista. Castree et al., 2010; Chatterton, 2016; Gibson-Graham, 2006b).

5.1 Implicações para futuras pesquisas sobre transições de sustentabilidade

A discussão acima representa um convite aos estudiosos do STR para se engajarem e criticarem o capitalismo, que está presente em parte e em grande parte fora desse campo científico. Isso tem implicações que vão além dos três desafios de pesquisa, pois tal ação questiona a validade dos atuais referenciais teóricos, bem como a prática do STR.

Conforme elucidado no capítulo 2, as abordagens STR que mais explicitamente se envolveram com o capitalismo e suas críticas são aquelas que se afastam para adotar uma perspectiva temporal e espacial de ondas longas para investigar transições entre diferentes setores e países em diferentes períodos históricos (Kemp et al., 2018; Schot, Kanger, 2020). Esse zoom out facilita uma perspectiva histórica que expõe o dinamismo do capitalismo como resultado de processos sociais e não como um dado fator contextual. Além disso, algumas dessas abordagens abrangem e ilustram tentativas de reincorporar economia e tecnologia em nossa conceituação de sociedade e, conseqüentemente, reelaborar tipologias e conceitos centrais, como os de regime, paisagem e atores (Kemp et al., 2018; Schot, Kanger, 2020).

No entanto, um dos riscos de tal redução são as conceituações restritivas do capitalismo como um fator de paisagem. De fato, as manifestações do capitalismo nas lógicas internas dos sistemas sociotécnicos desafiam a validade dos atuais arcabouços teóricos. Por exemplo, o capitalismo se reflete nas instituições de mercado, nas culturas consumistas que institucionalizam e conduzem indivíduos e organizações a altos níveis de consumo material (Kemp et al., 2018; Wilhite, 2016), bem como nos princípios de competição e individualização

que permeiam não apenas a economia, mas também se estendem a outras esferas da vida social (Parr, 2017; Wilhite, 2016).

Portanto, um importante objetivo de pesquisa para trabalhos futuros em STR é como renovar os quadros teóricos existentes de uma maneira que inclua considerações sobre o capitalismo e, assim, evite os modelos econômicos idealizados que resultam de críticas negligenciadas a esse sistema (Chang, 2013; Gibson -Graham, 2006a; Raworth, 2017; Sandel, 2012). Por exemplo, Wieczorek (2018) sustentou que transferir as abordagens para analisar outros meios requer cuidado e reflexividade e levanta novas questões de pesquisa para ambos os contextos, ou seja, o Sul e o Norte. Hansen et al. (2018) argumentou que os estudiosos do STR precisam gerar maior consciência de como as perspectivas baseadas no ocidente influenciam a maneira como estudamos e entendemos como as transições para a sustentabilidade se desenrolam nos países em desenvolvimento e promoveram a necessidade de se engajar na discussão em um nível mais nível fundamental sobre os pressupostos ontológicos básicos dos referenciais teóricos da literatura de transições no que diz respeito à aplicação em um contexto de país em desenvolvimento (Hansen et al., 2018). Swilling et al. (2016) introduziram o conceito de regimes sociopolíticos para dar conta de algumas das questões discutidas neste artigo e, de forma semelhante, Kemp et al. (2018) sugeriram que o capitalismo molda as escolhas dos governos nacionais de tal forma que o governo é melhor visto como um ator institucional (ou, melhor ainda, como um subsistema baseado em atores, ou seja, um regime político).

É certo que essas abordagens permanecem nos estágios iniciais de desenvolvimento. No entanto, a contemplação do capitalismo explicitamente no nível “meso” ajuda a explicar as condições para a reprodução dos regimes sociotécnicos capitalistas existentes e as possibilidades e barreiras para sua transição para configurações sustentáveis. Portanto, para aprofundar nosso pensamento sobre o papel do capitalismo nas transições de sustentabilidade, e sem ambição de esgotamento de uma área de investigação certamente muito rica, sugiro aqui três conjuntos de questões de pesquisa para o futuro STR.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à geografia das transições de sustentabilidade, é importante explicar como a tendência capitalista à expansão geográfica, incluindo a criação de mercados globais, fluxos de capital e interconexões globais, vincula a transição em um lugar

(por exemplo, uma cidade, uma região) àqueles em outros lugares. Da mesma forma, com referência ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, quando a tentativa do capital de “consertar” espaço-temporalmente as crises ambientais resulta em seu deslocamento, em vez da mitigação ou erradicação dos impactos ambientais? Como os fluxos locais, regionais e globais de capital influenciam qual inovação acontece, onde e quem paga e se beneficia de qualquer deslocamento associado de impacto ambiental?

Em segundo lugar, podem ser feitas perguntas sobre o papel dos atores políticos nas transições de sustentabilidade. Se se reconhece que o Estado é uma relação social a ser entendida como reflexo das relações de poder capitalistas, que dependem da reprodução da acumulação capitalista, por que o Estado privilegia determinadas estratégias, alianças, formas de atuação (por exemplo, instrumentos de mercado?) e discursos de transição (por exemplo, modernização ecológica leve)? Da mesma forma, é importante perguntar se os níveis crescentes de desigualdade no capitalismo influenciam a coesão social e a capacidade de participação dos menos abastados, e sua disposição de dar apoio político a transições de sustentabilidade que podem ser percebidas como projetos elitistas. As relações sociais exploradoras e excludentes podem ser reconciliadas com os modelos deliberativos, muitas vezes implicitamente baseados em consenso de transições de sustentabilidade? Por outro lado, a apreciação de que o capitalismo coexiste com outras lógicas sociais convida a perguntar se e como os espaços de alteridade dentro do capitalismo (por exemplo, espaços autônomos ou experimentos “comunitários”) podem informar e apoiar quais tipos de transições radicais de sustentabilidade.

Terceiro, a contemplação do capitalismo no STR pode promover a prática e aumentar o potencial do STR como uma ciência voltada para o futuro. Exercícios de futurismo e visão são expostos como processos enormemente impulsionados pelo poder (Brand, 2016), nos quais as capacidades desigualmente distribuídas para investir recursos na construção de cenários provavelmente influenciarão cujos interesses e visões de um futuro desejável estão representados. Além disso, uma sólida compreensão das lógicas e dinâmicas capitalistas em regimes sociotécnicos é essencial para ampliar a gama de futuros possíveis vislumbrados. Em modelos de transições de sustentabilidade, incluindo aqueles relacionados a metas climáticas ambiciosas, é importante perguntar quais estruturas políticas e econômicas precisam ser modeladas e quais premissas de modelos precisam ser expostas, desafiadas e reconsideradas para explorar trajetórias radicais de transições de sustentabilidade? Por que as visões de

transição para a sustentabilidade geralmente dependem de ganhos crescentes de eficiência, em vez de suficiência (por exemplo, redução voluntária e/ou contenção no consumo de materiais), de mecanismos de mercado em vez de ação política e de desincentivos para decisões econômicas individuais? tomadores de decisão (consumidores, empresas), em vez de processos de tomada de decisão coletiva e civil? Quais suposições do modelo refletem melhor a compreensão idealizada implícita do modelador de uma economia capitalista, do que a realidade de um sistema capitalista dominante, mas não homogêneo nem abrangente, em evolução e variado?

Mesmo uma rápida olhada na bibliografia deste artigo enfatiza a criticidade da interdisciplinaridade no avanço da STR em direção a um engajamento explícito com análises e críticas ao capitalismo. O STR deve unir forças com outras disciplinas para ampliar sua compreensão dos caminhos para mudanças sociais radicais não lineares além do capitalismo. De forma encorajadora, estudiosos da sociologia, geografia humana e economia ecológica já se envolveram em STR para informar conceituações de capitalismo e pós-capitalismo (Chatterton, 2016; Lawhon, Murphy, 2011; Shove, 2010; Vandeventer et al., 2019). Esses tipos de conversas interdisciplinares são muito promissores, mas a comunidade STR fez um movimento muito menos apreciável em direção a essas comunidades e disciplinas. No passado, o STR integrou de forma frutífera insights da economia política (Newell, Paterson, 2010; Swilling, 2013) e geografia (por exemplo, Coenen et al., 2012; Truffer et al., 2015) e pontes adicionais ainda precisam ser construída sobre a análise e crítica do capitalismo nas transições da sustentabilidade. Por exemplo, conforme discutido acima, a economia ambiental e ecológica tem muito a oferecer ao examinar a sustentabilidade real das transições de sustentabilidade, e a bolsa de estudos de desenvolvimento é essencial para acadêmicos envolvidos em STR no sul global. Além disso, insights do debate sobre posicionalidade (Rose, 1997), bem como pesquisas sobre – e com – ativistas em geografia humana (Chatterton et al., 2010), e transdisciplinaridade na ciência da sustentabilidade (Lang et al. al., 2012) poderia ajudar a negociar os múltiplos papéis possíveis para pesquisadores na análise de transições de sustentabilidade (Wittmayer, Schöpke, 2014).

É necessário reconhecer que os estudiosos do STR não são apenas pesquisadores, mas também atores de mudança na sociedade, independentemente de a forma de engajamento com outros atores sociais ser convencional ou transdisciplinar. Em um contexto histórico em que

as transições de sustentabilidade inevitavelmente nunca são politicamente neutras, como os estudiosos do STR devem se posicionar em relação aos contestados ideais capitalistas de progresso e desenvolvimento, e até que ponto eles devem estar implícitos em seus modelos de transição? Como a consciência do capitalismo influencia não apenas onde, mas também com quem e com que propósito os estudiosos do STR realizam pesquisas? Talvez o mais importante, que medidas devem ser tomadas para garantir que as futuras gerações de estudiosos de STR sejam alfabetizadas em uma variedade de disciplinas relevantes e se envolvam em abordagens de pesquisa mais autocríticas?

6. CONCLUSÕES

Neste artigo, as reflexões sobre STR e capitalismo foram organizadas focando especificamente em três desafios de pesquisa que foram recentemente identificados como críticos para STR: a análise da sustentabilidade das transições de sustentabilidade; a aplicação da teoria da transição ao Sul Global; e a mudança para um STR mais voltado para o futuro. Não há presunção de que esses três desafios da STR esgotem as possíveis interseções entre capitalismo, transições de sustentabilidade e STR; de fato, pesquisas futuras podem explorar ainda mais essas e outras sobreposições teóricas e metodológicas. No entanto, as implicações das reflexões vão além desses três desafios para abranger teorias e práticas de STR, e essencialmente articulam e convidam a um engajamento em STR mais reflexivo e crítico. Eu não defendi que o STR deveria tomar qualquer posição pró ou anticapitalista. Em vez disso, propus que o STR deve reconhecer evidências e experiências de outras disciplinas e se equipar com as ferramentas analíticas e intelectuais para abordar a influência do capitalismo nas transições de sustentabilidade e vice-versa. Ao fazê-lo, o STR precisa ser mais abertamente reflexivo não apenas sobre possíveis vieses teóricos, como aqueles que se manifestam quando os marcos de transição são aplicados em contextos não ocidentais, mas também em relação ao seu papel na sociedade dentro de um mundo em que a sustentabilidade e outras transformações são incitadas, imaginadas, contestadas e resistidas por uma gama muito grande e diversificada de atores e coalizões.

O estudo das transições de sustentabilidade não pode ser totalmente prescindido da análise e crítica rigorosas do capitalismo. Tomar o capitalismo como um dado implícito no STR impede um exame analítico sério de sua diversidade, suas condições e dinâmicas econômicas,

políticas, sociais e culturais, sua influência nas transições de sustentabilidade em diferentes contextos e a possibilidade de que as transições de sustentabilidade possam envolver uma mudança fundamental do sistema capitalista, e não dentro dele. A cegueira para o capitalismo arrisca um retorno a uma imagem idealizada da economia mundial que restringe, em vez de apoiar a análise da sustentabilidade das transições de sustentabilidade, a aplicação da STR ao Sul Global e o movimento em direção a uma STR voltada para o futuro. O capitalismo deve ser explicitamente considerado e questionado criticamente. Este não é um esforço normativo; na verdade, representa o oposto disso, pois é antes a presunção de neutralidade em relação ao capitalismo que reflete uma suposição normativa e acrítica, ainda que implícita, de sua uniformidade, domínio e persistência futura.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. On deligitimising capitalism: the scourge of Africa and the South Afr. Dev., vol. 4, pp. 15-72, 2012.
- ANDERSON, K. Response to the IPCC 1.5°C Special Report. Manchester Policy Blogs , 2018, disponível em: <http://blog.policy.manchester.ac.uk/posts/2018/10/response-to-the-ipcc-1-5c-special-report/>
- ANTAL, M.; VAN DEN BERGH, J. C. Re-spending rebound: a macro-level assessment for OECD countries and emerging economies. Energy Policy, vol. 68, pp. 585-590, 2014
- ANTAL, M.; VAN DEN BERGH, J. C. Green growth and climate change: conceptual and empirical considerations. Clim. Policy, vol. 16, n. 2, pp. 165-177, 2016
- BAKER, L.; NEWELL, P; PHILLIPS, J. The political economy of energy transitions: the case of South Africa. New Polit. Econ., vol. 19, n. 6, pp. 791-818, 2014.
- BAPTISTA, I. Space and energy transitions in sub-Saharan Africa: understated historical connections. Energy Res. Soc. Sci., vol. 36, pp. 30-35, 2018.
- BECKERT, J. Imagined Futures: Fictional Expectations and Capitalist Dynamics. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- BLAUWHOF, F. B. Overcoming accumulation: Is a capitalist steady-state economy possible? Ecol. Econ., vol. 84, pp. 254-261, 2012.
- BÖHM, S.; MISOCZKY, M. C.; MOOG, S. Greening capitalism? A Marxist critique of carbon markets Organ. Stud., vol. 33, n. 11, pp. 1617-1638, 2012.

BÖHM, S.; BHARUCHA, Z. P.; PRETTY, J. ECOCULTURES. Towards sustainable ways of living in Böhm, S.; Bharucha, Z. P.; Pretty, J. (orgs.) Ecocultures: Blueprints for Sustainable Communities. New York: Routledge, 2015, pp. 03-26

BRAND, U. How to get out of the multiple crisis? Contours of a critical theory of social-ecological transformation. *Environ. Values*, vol. 25, pp. 503-525, 2016.

BRIDGE, G.; BOUZAROVSKI, S.; BRADSHAW, M.; EYRE, N. Geographies of energy transition: space, place and the low-carbon economy. *Energy Policy*, vol. 53, pp. 331-340, 2013.

BROTO, V. C.; BAPTISTA, I.; KIRSHNER, J.; SMITH, S.; ALVES, S. N. Energy justice and sustainability transitions in Mozambique. *Appl. Energy*, vol. 228, pp. 645-655, 2018.

BRUYNINCKX, H. International Sustainability Research Conference. Manchester: Manchester University Press, 2018.

BRYANT, G.; DABHI, S.; BÖHM, S. Fixing' the climate crisis: capital, states, and carbon offsetting in India. *Environ. Plan. A*, vol. 47, n. 10, pp. 2047-2063, 2015

CASTREE, N. The spatio-temporality of capitalismo. *Time Soc.*, vol. 18, pp. 26-61, 2009.

CASTREE, N.; CHATTERTON, P. A.; HEYNEN, N.; LARNER, W.; WRIGHT, M. W. The Point Is to Change It: Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

ĆETKOVIĆ, S.; BUZOGÁNY, A. Varieties of capitalism and clean energy transitions in the European Union: when renewable energy hits different economic logic. *Clim. Policy*, vol. 16, n. 5, pp. 642-657, 2016.

CHANG, H-J. 23 Coisas que não nos Contaram Sobre o Capitalismo: Os Maiores Mitos do Mundo em que Vivemos. São Paulo: Cultrix, 2013.

CHATTERTON, P. Building transitions to post-capitalist urban Commons. *Trans. Inst. Br. Geogr.*, vol. 41, pp. 403-415, 2016.

CHATTERTON, P.; HODKINSON, S.; PICKERILL, J. Beyond scholar activism: making strategic interventions inside and outside the neoliberal university. *Int. J. Crit. Geogr.*, vol. 9, n. 2, 2010.

COENEN, L.; BENNEWORTH, P.; TRUFFER, B. Toward a spatial perspective on sustainability transitions. *Res. Policy*, vol. 41, pp. 968-979, 2012.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. Degrowth: a Vocabulary for a New Era. New York: Routledge, 2014.

ESCOBAR, A. Latin America at a crossroad. *Cult. Stud.*, vol. 24, pp. 1-65, 2010.

ESCOBAR, A. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustain. Sci.* Vol. 10, pp. 451-462, 2015.

FEOLA, G. Societal transformation in response to global environmental change: a review of emerging concepts. *Ambio*, vol. 44, n. 5, pp. 376-390, 2015.

FEOLA, G. Adaptive institutions? Peasant institutions and natural models facing climatic and economic changes in the Colombian Andes. *J. Rural Stud.*, vol. 49, pp. 117-127, 2017.

FEOLA, G.; JAWORSKA, S. One transition, many transitions? A corpus-based study of societal sustainability transition discourses in four civil society's proposals. *Sustain. Sci.*, vol. 14, pp. 1643-1656, 2019.

FISCHER-KOWALSKI, M.; ROTMANS, J. Conceptualizing, observing, and influencing social–Ecological transitions. *Ecol. Soc.*, vol. 14, pp. 3, 2009.

FRASE, P. *Four Futures: Life After Capitalism*. London: Verso, 2016.

GALLINO, L. *Dizionario di Sociologia*. Torino: TEA, 1993.

GARCÍA-OLIVARES, A.; SOLÉ, J. End of growth and the structural instability of capitalism—from capitalism to a Symbiotic Economy. *Futures*, vol. 68, pp. 31-43, 2015.

GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Res. Policy*, vol. 31, n. 8, pp. 1257-1274, 2002.

GEELS, F. W. The impact of the financial–economic crisis on sustainability transitions: financial investment, governance and public discourse. *Environ. Innov. Soc. Transit.*, 6 (2013), pp. 67-95

GIBSON-GRAHAM, J. K. *The End of Capitalism (As We Knew It)*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *A Post-capitalist Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GILLINGHAM, K.; RAPSON, D.; WAGNER, G. The rebound effect and energy efficiency policy. *Rev. Environ. Econ. Policy*, vol. 10, n. 1, pp. 68-88, 2016.

GLASSMAN, J. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. *Prog. Hum. Geogr.*, vol. 30, n. 5, pp. 608-625, 2006.

GREGORY, D. Capitalism. In Johnston, J. R.; Gregory, D.; Pratt, G.; Watts, M. (orgs.). *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Blackwell, 2000, pp. 56-59.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: today's tomorrow. *Development*, vol. 54, pp. 441-447, 2011.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. Imagining the post-fossil city: why is it so difficult to think of new possible worlds? *Territ. Politics Gov.*, pp. 1-13, 2018.

Hall, P. A.; Soskice, D. W. *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HANSEN, U.E.; NYGAARD, I.; ROMIJN, H.; WIECZOREK, A.; KAMP, L. M.; KLERKX, L. Sustainability transitions in developing countries: stocktaking, new contributions and a research agenda. *Environ. Sci. Policy*, vol. 84, pp. 198-203, 2018.

HARCOURT, W. The future of capitalism: a consideration of alternatives. *Cambridge J. Econ.*, vol. 38, pp. 1307-1328, 2014.

HARVEY, D. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEALY, S.; MCNEILL, J.; CAMERON, J.; GIBSON, K. Pre-empting Apocalypse? Postcapitalism as an everyday politics. *AQ-Aust. Q.*, vol. 89, n. 2, p. 28, 2018.

HÖLSCHER, K.; WITTMAYER, J. M.; LOORBACH, D. Transition versus transformation: What's the difference? *Environ. Innov. Soc. Transit.*, vol. 27, n. 1, pp. 1-3, 2018.

JACKSON, T. *Prosperity Without Growth: Foundations for the Economy of Tomorrow*. London: Routledge, 2016.

JÄRVENSIVU, P.; TOIVANEN, T.; VADÉN, T.; LÄHDE, V.; MAJAVA, A.; ERONEN, J. T. Governance of Economic Transition. *Global Sustainable Development Report 2019*. Invited background document on economic Transformation, to chapter: Transformation: The Economy, 2018.

JASANOFF, S.; KIM, S. H. *Dreamscapes of Modernity: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

JESSOP, B. *State Power: A Strategic-Relational Approach*. Cambridge, Polity, 2007.

KALLIS, G. In defence of degrowth. *Ecol. Econ.*, vol. 70, pp. 873-88, 2011

KANGER, L.; SCHOT, J. Deep transitions: Theorizing the long-term patterns of socio-technical change. *Environ. Innov. Soc. Trans.*, vol. 37, pp. 171-186, 2020.

KAY, C. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London: Routledge, 2010.

KEMP, R.; WEAVER, P. M.; STRASSER, T.; BACKHAUS, J.; GOLLAND, A. Socio-economic transformations: insights for sustainability. EEA, *Perspectives on Transitions to Sustainability*. European Environment Agency Report n. 25/2017, 2018, pp. 70-94

KENIS, A.; BONO, F.; MATHIJS; E. Unravelling the (post-)political in transition management: interrogating pathways towards sustainable change. *J. Environ. Pol. Plann.*, vol. 18, pp. 568-584, 2016.

KOCH, M. *Capitalism and Climate Change: Theoretical Discussion, Historical Development and Policy Responses*. New York: Palgrave, 2012.

KOSTAKIS, V.; ROOS, A.; BAUWENS, M. Toward a political ecology of the digital economy: socio-environmental implications of two competing value models. *Environ. Innov. Soc. Transit.*, vol. 18, pp. 82-100, 2016.

LANG, D.; WIEK, A.; BERGMANN, M.; STAUFFACHER, M.; MARTENS, P.; MOLL, P.; SWILLING, M.; THOMAS, C. Transdisciplinary research in sustainability science: practice, principles, and challenges. *Sustain. Sci.*, vol. 7, pp. 25-43, 2012.

LAWHON, M.; MURPHY, J. T. Socio-technical regimes and sustainability transitions: insights from political ecology. *Prog. Hum. Geogr.*, vol. 36, pp. 354-378, 2011.

LIU, J.; HULL, V.; BATISTELLA, M.; DEFRIES, R.; DIETZ, T.; FU, F.; HERTEL, T. W.; IZAURRALDE, R. C.; LAMBIN, E.F.; LI, S.; MARTINELLI, S. A.; MCCONNELL, W. J.; MORAN, E.; NAYLOR, R.; OUYANG, Z.; POLENSKE, K.; REENBERG, MIRANDA ROCHA, A.; SIMMONS, C. S.; VERBURG, P.H.; VITOUSEK, P. M. ZHANG, F; ZHU, C. Framing sustainability in a telecoupled world. *Ecol. Soc.*, p. 18, 2013.

LOORBACH, D.; AVELINO, F.; HAXELTINE, A.; WITTMAYER, J. A.; O'RIORDAN, T.; WEAVER, P.; KEMP, R. The economic crisis as a game changer? Exploring the role of social construction in sustainability transitions. *Ecol. Soc.*, vol. 4, pp. 15-21, 2016.

LOORBACH, D.; FRANTZESKAKI, N.; AVELINO, F. Sustainability transitions research: transforming science and practice for societal change. *Annu. Rev. Environ. Resour.*, vol. 42, 2017.

MARKARD, J.; RAVEN, R.; TRUFFER, B. Sustainability transitions: an emerging field of research and its prospects. *Res. Policy*, vol. 41, pp. 955-967, 2012.

MASON, P. *Postcapitalism: a guide to our future*. New York: Macmillan, 2016.

MCDONALD, D. A. *Electric Capitalism: Recolonising Africa on the Power Grid*. London: Routledge, 2012.

WOOD, E. M. *The Origin of Capitalism: A Longer View*. London: Verso, 2002.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *J. Peasant Stud.*, vol. 44, pp. 594-630, 2017

MOORE, J. W. The Capitalocene Part II: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *J. Peasant Stud.*, vol. 45, pp. 237-279, 2018.

NEWELL, P. The elephant in the room: capitalism and global environmental change. *Glob. Environ. Change*, vol. 21, n. 1, pp. 4-6, 2011.

NEWELL, P. The politics of green transformation in capitalismo. In Scoones, I.; Leach, M.; Newell, P. (orgs.). *The Politics of Green Transformations*. London: Routledge, 2015, pp. 68-85.

NEWELL, P.; MULVANEY, D. The political economy of the 'just transition'. *Geogr. J.*, vol. 179, pp. 132-140, 2013.

NEWELL, P.; PATERSON, M. *Climate Capitalism: Global Warming and the Transformation of the Global Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NEWELL, P.; PHILLIPS, J. Neoliberal energy transitions in the South: kenyan experiences. *Geoforum*, vol. 74, pp. 39-48, 2016.

NILSSON, D. The unseeing state: how ideals of modernity have undermined innovation in Africa's urban water systems. *NTM Zeitschrift für Geschichte der Wissenschaften, Technik und Medizin*, vol. 24, n. 4, pp. 481-510, 2016.

PARR, A. *Birth of a New Earth*. New York: Columbia University Press, 2017.

PICKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. São Paulo: Contraponto, 2021.

POWER, M.; NEWELL, P.; BAKER, L.; BULKELEY, H.; KIRSHNER, J.; SMITH, A. The political economy of energy transitions in Mozambique and South Africa: the role of the Rising Powers. *Energy Res. Soc. Sci.*, vol 17, pp. 10-19, 2016.

PRINCEN, T. *The Logic of Sufficiency*. Boston: MIT Press, 2006.

RAWORTH, K. *Donought Economics*. Cornerstone: Wisconsin, 2017.

ROSE, G. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Prog. Hum. Geogr.*, vol. 21, n 3, pp. 305-320, 1997.

SACHS, W. *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books, 2010.

SANDEL, M. J. *What Money Can't Buy: the Moral Limits of Markets*. London: Penguin, 2012.

SCHOT, J. Confronting the second deep transition through the historical imagination. *Technol. Culture*, vol. 57, pp. 445-456, 2016

SCHOT, J.; KANGER, L. Deep transitions: emergence, acceleration, stabilization and directionality. *Res. Policy*, vol. 47, pp. 1045-1059, 2018.

SHEPPARD, E. Thinking geographically: globalizing capitalism and beyond. *Ann. Assoc. Am. Geogr.*, vol. 105, pp. 1113-1134, 2015.

SHOVE, E. Social theory and climate change: questions often, sometimes and not yet asked. *Theory Cult. Soc.*, vol. 27, pp. 277-288, 2010.

SHOVE, E. What is wrong with energy efficiency? *Build. Res. Inf.*, vol. 46, n. 7, pp. 779-789, 2018.

SMITH, A.; ELY, A. Green transformations from below? The politics of grassroots innovation. in Scoones, I.; Leach, M.; Newell, P. (orgs.) *The Politics of Green Transformations*. London: Routledge, 2015, pp. 68-85

SMITH, A.; STIRLING, A. The politics of social-ecological resilience and sustainable sociotechnical transitions. *Ecol. Soc.*, vol. 15, p. 11, 2010.

SMITH, A.; FRESSOLI, M.; ABROL, D.; AROND, L.; ELY, A. *Grassroots Innovation Movements*. London: Routledge, 2016.

SORRELL, S. *The Rebound Effect: an Assessment of the Evidence for Economy-wide Energy Savings from Improved Energy Efficiency*. London: UK Energy Research Centre, 2007.

STEINBERGER, J. K.; ROBERTS, J. T. From constraint to sufficiency: the decoupling of energy and carbon from human needs, 1975–2005. *Ecol. Econ.*, 70 (2010), pp. 425-433

STORM, S. Capitalism and climate change: can the invisible hand adjust the natural thermostat? *Dev. Change*, vol. 40, pp. 1011-1038, 2009.

STREEK, W. How will Capitalism End? *New Left Rev.*, vol. 87, pp. 35-64, 2014.

SWILLING, M. Economic crisis, long waves and the sustainability transition: an African perspective. *Environ. Innov. Soc. Transit.*, vol. 6, pp. 96-115, 2013.

SWILLING, M.; MUSANGO, J.; WAKEFORD, J. Developmental states and sustainability transitions: prospects of a just transition in South Africa. *J. Environ. Policy Plan.*, vol. 18, pp. 650-672, 2016.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. *The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TRUFFER, B.; MURPHY, J. T.; RAVEN, M. The geography of sustainability transitions: contours of an emerging theme. *Environ. Innov. Soc. Transit.*, vol. 17, pp. 63-72, 2015.

TURNHEIM, B.; GEELS, F. W. Regime destabilisation as the flipside of energy transitions: Lessons from the history of the British coal industry (1913–1997). *Energy Pol.*, vol. 50, pp. 35-49, 2012.

TURNHEIM, B.; GEELS, F. W. The destabilisation of existing regimes: Confronting a multi-dimensional framework with a case study of the British coal industry (1913–1967). *Res. Pol.*, vol. 42, pp. 1749-1767, 2013.

URRY, J. Consuming the planet to excess. *Theory Cult. Soc.*, vol. 27, pp. 191-212, 2010.

VAN DEN BERGH, J.C.J.M. Environment versus growth — a criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”. *Ecol. Econ.*, vol. 70, pp. 881-890, 2011.

VAN DEN BERGH, J.C.J.M.; FOLKE, C.; POLASKY, S.; SCHEFFER, M.; STEFFEN, W. What if solar energy becomes really cheap? A thought experiment on environmental problem shifting. *Curr. Opin. Environ. Sustain.*, vol. 14, pp. 170-179, 2015.

VAN DEN BERGH, J.C.J.M. Green *agrowth*: removing the GDP-growth constraint to human progress. in Victor, P. A.; Dolter, B. (org.) *Handbook on Growth and Sustainability*. Edward Elgar (2017), pp. 181-210

VANDEVENTER, J. S.; CATTANEO, C.; ZOGRAFOS, C. A degrowth transition: pathways for the degrowth niche to replace the capitalist-growth regime. *Ecol. Econ.*, 156 (2019), pp. 272-286

VERVOORT, J.; GUPTA, A. Anticipating climate futures in a 1.5° C era: the link between foresight and governance. *Curr. Opin. Environ. Sustain.*, vol. 31, pp. 104-111, 2018.

WIECZOREK, A. J. Sustainability transitions in developing countries: major insights and their implications for research and policy. *Environ. Sci. Policy*, vol. 84, pp. 204-216, 2018.

WILHITE, H. *The Political Economy of Low Carbon Transformation: Breaking the Habits of Capitalism*. London: Routledge, 2016.

WITTMAYER, J. M.; SCHÄPKE, N. Action, research and participation: roles of researchers in sustainability transitions. *Sustain. Sci.*, vol. 9, n. 4, pp. 483-496, 2014.

WRIGHT, E. O. *Envisioning Real Utopias*. London. Verso, 2010.

YANG, Y.; BAE, J.; KIM, J.; SUH, B. Replacing gasoline with corn ethanol results in significant environmental problem-shifting. *Environ. Sci. Technol.*, vol. 46, n. 7, pp. 3671-3678, 2012.